

Mapeamento da oferta da Educação Infantil no município de Viçosa-MG no período de 2014 a 2024: apontamentos preliminares

Amanda Vieira Gomes Fialho¹ ; Terezinha Duarte Vieira²

Graduanda do curso de Pedagogia da UFV, amanda.v.fialho@ufv.br ; Professora do Departamento de Educação da UFV, terezinhaduarte@ufv.br

ODS 4 – Educação de Qualidade

PESQUISA

Introdução

Essa é uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG), vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Crianças em Cena (GEPICENA), titulada como Mapeamento da oferta da Educação Infantil no município de Viçosa-MG no período de 2014 a 2024: apontamentos preliminares. A investigação tem como foco compreender a configuração da oferta da Educação Infantil (EI) em Viçosa, no período de 2014 a 2024, recorte temporal definido pela vigência dos Decretos Municipais nº 5.075/2017 e nº 5.773/2022, que regulamentam juridicamente as parcerias entre a administração municipal e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), e pelo último ano com dados disponíveis no Censo Escolar.

Objetivos

A pesquisa tem como objetivo analisar a configuração da oferta da Educação Infantil no município de Viçosa-MG, no período de 2014 a 2024, buscando identificar mudanças na quantidade e no perfil das instituições, compreender o papel das parcerias estabelecidas entre a administração municipal e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), além de investigar os impactos dos decretos municipais nº 5.075/2017 e nº 5.773/2022 na organização da rede local. Para isso, utiliza dados do Censo Escolar, documentos normativos e registros oficiais como forma de compreender as tendências e os desafios relacionados ao acesso e à garantia do direito à Educação Infantil.

Material e Métodos ou Metodologia

A pesquisa apresenta abordagem quanti-qualitativa e encontra-se em desenvolvimento. A coleta de dados está sendo realizada em sítios oficiais do governo federal, estadual e municipal, bem como em documentos normativos expedidos pela Prefeitura de Viçosa, como decretos e registros de repasses financeiros destinados à Educação Infantil. Além disso, utilizam-se informações do Censo Escolar como fonte de dados secundários. O procedimento metodológico consiste no levantamento, sistematização e análise das fontes de financiamento da Educação Infantil, dos instrumentos jurídicos utilizados na formalização das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), bem como na identificação das instituições conveniadas. A análise se orienta pela perspectiva crítica de autores que discutem a privatização da educação, permitindo relacionar os dados levantados às implicações do repasse de recursos públicos para o setor privado na oferta da Educação Infantil.

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

Os resultados preliminares apontam que a formalização jurídica das parcerias entre o município de Viçosa e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ocorre por meio do Termo de Colaboração, instrumento previsto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e utilizado quando a iniciativa da parceria parte da administração pública. Foi identificado que, no período analisado, 12 OSCs receberam recursos da Secretaria Municipal de Educação para a oferta da Educação Infantil, cujas fontes de financiamento se concentram no Fundeb e na Subvenção Social. O Fundeb, de natureza contábil, é formado por receitas de impostos vinculados ao financiamento da educação básica, enquanto a Subvenção Social consiste em transferências para custeio de entidades sem fins lucrativos de caráter assistencial ou cultural. Esses dados evidenciam uma configuração de privatização da Educação Infantil, uma vez que a oferta pública de vagas se materializa mediante o repasse de recursos públicos à esfera privada.

Conclusões

Conclui-se que a oferta da Educação Infantil em Viçosa-MG, no período de 2014 a 2024, tem sido marcada por uma crescente presença de parcerias entre a administração municipal e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), evidenciada pelo repasse de recursos do Fundeb e da Subvenção Social a 12 instituições conveniadas. Esse cenário indica uma tendência de privatização da educação básica, visto que o poder público delega a instituições privadas sem fins lucrativos parte da responsabilidade pela garantia do direito à Educação Infantil. Tal constatação suscita a necessidade de reflexão crítica sobre a função do Estado e seus compromissos com a consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade, reafirmando a importância de estudos que problematizem as implicações dessas políticas para a democratização do acesso e para a equidade educacional.

Bibliografia

ADRIÃO, Theresa. Privatização da educação básica no Brasil: estratégias de desresponsabilização do Estado. São Paulo: Cortez, 2018.

ADRIÃO, Theresa. Organizações sociais e educação: a privatização da escola pública. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

CECCON, Claunara. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC): avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2018.

VIÇOSA. Prefeitura Municipal. Decreto nº 5.075, de 11 de maio de 2017. Dispõe sobre as parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil. Viçosa: Prefeitura Municipal, 2017.

VIÇOSA. Prefeitura Municipal. Decreto nº 5.773, de 14 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre as parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil. Viçosa: Prefeitura Municipal, 2022.